

## 6

### **Os ferroviários do Rio de Janeiro e a reinvenção da política – sobre a construção de espaços públicos**

A hipótese central deste estudo ancora-se numa abordagem que contempla a transferência do lócus dos conflitos laborais para o espaço público, ou seja, para o campo de debates da sociedade civil, na perspectiva de articular questões sociais mais amplas com a luta específica da categoria, representada, neste caso, pelo Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, no sentido de defender os direitos dos trabalhadores que representa e do trabalho em geral. Nesta perspectiva, é importante avançar na análise, considerando as articulações estabelecidas pelo sindicato com outros movimentos sociais, com vistas a reverter a exacerbação da lógica privatista, que vem sendo imposta à classe trabalhadora, em geral. Para tanto, é requerido o exame das relações entre Estado, mercado e sociedade, onde se localiza a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil, e entre o público e o privado.

A literatura especializada indica que o processo de redefinição das referidas relações vem provocando a emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política. Estes elementos são essenciais para a compreensão das novas estratégias de luta do movimento sindical ferroviário no Rio de Janeiro.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), ao realizarem discussão sobre a dimensão cultural e política nos movimentos sociais latino-americanos, levantam questões importantes que ajudam a entender e a enfrentar o problema do esvaziamento da esfera pública, no Brasil, onde poder e política sempre foram esferas privativas de uma casta de privilegiados. Neste sentido, o conceito de política cultural é utilizado, designando o laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica<sup>1</sup>. Esse lado constitutivo, segundo os autores, significa que a cultura, entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas

---

<sup>1</sup> Referenciando Canclini (1988), ao explorar o político nos movimentos sociais, devemos ver a política como algo mais que votar, fazer campanha ou lobby. Ela deve ser vista, também, como lutas de poder realizadas em espaços definidos como privados, sociais, econômicos culturais etc. Por sua vez, o poder não deve ser confundido como dominação, manipulação ou imposição da ordem de cima para baixo, mas como uma relação social difusa por todos os espaços, embora isso não signifique descuido do modo como tais movimentos interagem com a sociedade política e o Estado.

sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas, ou seja, no processo pelo qual o cultural se torna fato político<sup>2</sup>.

Assim, a possibilidade de transformar a visão política centra-se na descoberta da ação da força coletiva. Pois são os coletivos que criam dissenso<sup>3</sup>, que criam política, esta entendida como escolha entre soluções alternativas, capaz de elaborar outros modelos. É o que ensina Oliveira (2000).

## 6.1

### **Diálogo entre trabalho e movimentos sociais – “estado da arte”**

Neste ponto, torna-se interessante trazer um exemplo colhido no Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil. Trata-se de uma estratégia utilizada, desde a época da concessão dos serviços à SuperVia, que se apóia na mobilização dos trabalhadores que moram na periferia e da população usuária dos trens (que praticamente se equivalem), sobretudo daqueles ramais considerados não lucrativos, como Saracuruna-Magé-Guapimirim. Esses trechos ficaram, praticamente, abandonados à época da concessão, e a população local depende do transporte ferroviário para trabalhar, porque as passagens de ônibus são muito caras, tornando ainda mais difícil o “arrumar emprego”. As associações de moradores daquela região foram algumas que impetraram ações contra a privatização da Flumitrens, com o apoio e orientação do Sindicato dos Ferroviários da Central. Como resultado desse diálogo<sup>4</sup>, foi fundado o Contrem (Conselheiros do Trem), uma parceria entre a Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - Famerj, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - Faferj e o Sindicato dos Ferroviários da Central, com o objetivo de mobilizar os moradores dos bairros e comunidades próximas e/ou usuárias da

<sup>2</sup> Os autores buscam em Jordan e Weedon o aporte para tal discussão: “A legitimação das relações sociais de desigualdade e a luta para transformá-las são preocupações centrais da política cultural. (...) As políticas culturais determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, quais grupos e indivíduos têm poder para definir esses significados. Elas preocupam-se, também, com subjetividade e identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder existentes. Ademais, para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla para transformar a sociedade” (Jordan e Weedon *apud* Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000).

<sup>3</sup> Neste trabalho, e de acordo com Rancière (1996a e 1996b), o motor da prática democrática é o dissenso, ou seja, a capacidade de discordar e mostrar novos caminhos. Na prática do dissenso, o outro é visto não como um inimigo a quem se quer eliminar, mas como um adversário democrático a quem se procura escutar.

<sup>4</sup> Diálogo é aqui entendido como o duplo movimento de reconhecimento, de afirmação da própria identidade, mas com tolerância ao outro.

ferrovia para discutir e encaminhar assuntos referentes ao transporte ferroviário no Rio de Janeiro e, em particular, àquela linha, que só não foi desativada por causa desse movimento, que tem pressionado o Estado e a empresa concessionária para a recuperação dos seus 100 km de linha e do material rodante.

A articulação com a Famerj e a Faferj mostra-se fundamental para o fortalecimento tanto do sindicato como das associações de bairros e favelas vizinhos e/ou os atendidos pela ferrovia no Rio de Janeiro, já que a questão dos transportes urbanos de massa sempre foi uma das “bandeiras de lutas” das referidas entidades. Vale lembrar o surgimento da Famerj, no final da década de 1970, originária do movimento comunitário<sup>5</sup>. As principais lutas se encontravam no terreno ideológico contra a ditadura militar e a favor da democratização do país, e no terreno da melhoria de qualidade de vida, lutando por água, saúde, transporte, terra e, principalmente, moradia. Na década de 1980, as grandes mobilizações populares tornaram a Famerj em exemplo de luta, destacando-a no cenário nacional, o que possibilitou o fortalecimento do movimento comunitário em todos os estados com a criação das federações estaduais. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a Famerj se interiorizava, com a criação de diversas Federações Municipais.

Um número expressivo dessas entidades faz parceria com o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, como a Unibairros (Associação Comunitária Unificada)<sup>6</sup>, de São Gonçalo, a FAMNIT (Federação das

---

<sup>5</sup> O movimento comunitário teve origem na década de 1930, em processos organizados pelas camadas médias e pelas elites brasileiras, como um movimento de convívio de moradores de bairros centrais e espaços coletivos de confraternização. Ainda hoje, muitas associações de moradores e sociedades de amigos de bairro limitam-se a esse papel. Com o desenvolvimento industrial do país e a concentração de trabalhadores em cidades que se tornaram pólos industriais, e o grande êxodo rural -- que gerou o adensamento urbano dessas cidades, transformando-as em grandes e médias -- iniciou-se um processo de organização de entidades comunitárias em locais desprovidos de serviços públicos. Com a ditadura militar, a partir de 1964, militantes sindicais e partidários, que tinham direitos políticos cerceados, começaram a vislumbrar o importante papel na luta popular de bairros, contribuindo, assim, para politizar e fortalecer o espírito combativo do movimento. Lutas históricas, como a contra a carestia, contra a panela vazia e outras, contribuíram no fortalecimento dos movimentos que enfraqueceram e derrotaram a ditadura. A Confederação Nacional de Associação de Moradores, CONAM, foi fundada em 1982, fruto dessa rica mobilização popular.

<sup>6</sup> Trata-se de uma associação de moradores, formada pela reunião de vários bairros vizinhos do município de São Gonçalo/RJ, e tem como uma de suas metas promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico, a fim de recuperar e ampliar a infraestrutura e valorizar os espaços dos bairros, consolidando o bem-estar e uma melhor qualidade de vida para os moradores. Em face disso, um dos primeiros passos desta Associação está sendo a de estimular a participação coletiva para que, juntos, os moradores possam identificar suas condições de vida em todas as áreas: educacional, sanitárias, sociais, econômicas, etc., colocando seus problemas e aspirações. Os bairros em questão são periféricos, em pontos poucos visíveis para os demais moradores da cidade e para os visitantes.

Associações de Moradores de Niterói)<sup>7</sup>, de Niterói, o MUB (Movimento União de Bairros)<sup>8</sup>, de Duque de Caxias, MAB (Movimento Amigos de Bairro), de Nova Iguaçu, a ABM (Amigos de Bairros de Meriti), de São João de Meriti<sup>9</sup> e a Comamea (Conselho Municipal de Associações de Moradores e Entidades Afins), de Magé. Recentemente, em 30 de abril de 2007, o sindicato promoveu, junto com o Contrem, Famerj, MUB, Comamea, FAMNIT, e Unibairros, com o apoio da CUT/RJ, o “Dia da Baixada Fluminense”, cujo mote era “Será que esse trem vai passar por aqui?”, em referência aos investimentos a serem aplicados nas ferrovias, no escopo do PET, em 2007. Ressalta-se que, do total de R\$ 1.500.000.000 programados para as ferrovias até 2007, nada ainda foi aplicado nos ramais de Niterói, São Gonçalo, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias. A folha volante que convocava os moradores a participarem do movimento anunciava:

“SOS trabalhadores das Baixadas. O dinheiro do BNDES ‘o Banco de Desenvolvimento de Todos os Brasileiros’, vai alcançar nossa bitolinha?<sup>10</sup> Vai trazer transporte barato para os menos favorecidos das Baixadas Fluminenses ou, mais uma vez, financiará mais conforto para a classe média e o frete mais barato para os poderosos? No dia 30 de abril vá à Câmara Municipal de sua cidade e dê seu apoio a quem precisa de transporte barato para poder trabalhar, estudar, ver a família, assistir o futebol, tratar a saúde... Viver... Talvez sonhar...” (Pesquisa de campo, 20 de abril de 2007).

<sup>7</sup> Precedida pela UNAMPPI (União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu), em 1983 foi fundada a FAMNIT, que desempenha importante papel na organização das comunidades daquela região. Em conjunto com os moradores das áreas em questão, começou a lutar pela posse definitiva da terra e por melhorias nos locais de moradia de uma população cada vez maior. Foi, também, nesse período que algumas construtoras compraram grandes lotes de terra, mantendo-as como reserva de valor, para posteriormente construírem alguns dos luxuosos condomínios residenciais horizontais que, hoje, espalham-se pela região. Tal processo originou a configuração do espaço atual, no qual se verifica que, ao longo dos núcleos de população de baixa renda, desenvolvem-se verdadeiras “ilhas” de população com rendimentos mais elevados, que habitam os condomínios. A Região de Pendotiba teve um incremento populacional considerável nos últimos anos, sobretudo na década de 1970. As atividades econômicas têm-se dinamizado, beneficiadas pelo aumento da população e pela melhoria da infra-estrutura básica da região. Destaca-se o Largo da Batalha como principal pólo econômico, onde se concentram os serviços e um comércio melhor estruturado do que nos demais bairros, ressaltando-se os supermercados, farmácias, bares e restaurantes, bancos, agências de automóveis, serviços médicos e odontológicos, dentre outros. Nos demais bairros, o comércio encontra-se muito disperso e resume-se a padarias, pequenas mercearias, bares, oficinas mecânicas e borracharias, situados sobretudo ao longo das extensas vias que cortam a região. Contudo, a questão do transporte é um problema considerável, sobretudo pela precariedade de linhas de ônibus e pelo quase abandono dos trens.

<sup>8</sup> Fundada em 1983, teve como origem as demandas de inúmeras associações de moradores da região, com lutas associadas à infra-estrutura urbana e à educação.

<sup>9</sup> É importante ressaltar que a característica principal desses movimentos (MUB, MAB e ABM) localiza-se nas demandas por serviços públicos visando à melhoria da qualidade de vida na Baixada Fluminense.

<sup>10</sup> Referência à bitola estreita, de 1 metro, utilizada por trens de tração a diesel, que atendem às populações dos bairros convocadas para as manifestações.

O movimento demonstra, com clareza, que o trem transporta não somente valores estritamente econômicos, mas, também, sociais, como a educação, saúde, lazer, numa clara referência às políticas públicas, ou à falta delas, no Brasil. Traz embutida, ainda, uma crítica à predominância da tendência economicista, pautada no mercado, que se afasta completamente do elemento humano. Ou, como bem lembra Konder (2003: 94), “no capitalismo, então, os indivíduos são ‘pulverizados’, a sociedade fica fragmentada, os valores humanos ficam amesquinados”.

Com a redemocratização do país, na década de 1980, foi votada a nova Constituição Federal, dita “Constituição Cidadã”, que previu a criação dos Conselhos Municipais, organismos que atingiram o auge, ainda naquela década, e foram resultantes de demandas históricas. Já entre 1990 e 2000, somaram-se outras mobilizações populares no Rio de Janeiro, como as referentes à luta pelo impeachment de Collor, a do Eco dos Oprimidos pela Vida, a dos comitês da Ação da Cidadania, popularizados como a Campanha contra a fome, ou, como ficou mais conhecida, Campanha do Betinho e a do Reage Rio (campanha contra a violência). O presidente da Famerj, ao considerar os rumos atuais dos movimentos sociais no Rio de Janeiro, observa:

“Apesar de uma série de reivindicações comunitárias, as mobilizações foram de pouca intensidade. O movimento comunitário não pode ser responsabilizado pelo refluxo dos movimentos de ruas, pois este refluxo foi extensivo aos demais movimentos, apesar de pontuais. A grande batalha travada foi na organização interna, com uma mudança de tática que privilegiava mais o lado técnico das reivindicações, tais como a participação popular na construção do Orçamento do Poder Executivo, pois é daí que saem as verbas para as obras. Este momento de transição permitiu a visão de uma outra estratégia, abraçada integralmente pela Famerj, que pode ser o novo oxigênio para o movimento comunitário nos próximos anos e para o século XXI, que é a luta pela aplicação dos conceitos da Agenda 21<sup>11</sup> e do Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, a Famerj e o movimento comunitário se integram nas campanhas de divulgação e implementação da Agenda 21 de forma a fortalecer a sociedade organizada neste novo século XXI” (Pesquisa de campo, entrevista com Castrinho, presidente da Famerj, 15 de agosto de 2003).

<sup>11</sup> “Agenda 21” é um programa de ação para viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países. Nesse sentido, o documento da Agenda constitui, fundamentalmente, um roteiro para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento que se quer sustentável quanto ao manejo dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, equânime e justo tanto nas relações econômicas entre os países como na distribuição da riqueza nacional entre os diferentes segmentos sociais, economicamente eficiente e politicamente participativo e democrático. É o principal documento da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano). Fonte: <http://www.mre.gov.br>. Acesso em janeiro de 2006.

Pode se supor que, a partir do desenvolvimento de projetos e ações de âmbito local, pontualmente, caso a caso, e com a interligação dessas diversas experiências, por meio de redes de parcerias e comunicações, visando ao seu aperfeiçoamento e multiplicação, seja possível “pensar globalmente e agir localmente”, como já demonstrou, em relação aos metalúrgicos do ABC paulista, Rodrigues (2004). Pois é, localmente, que as pessoas se conhecem, encontram-se, debatem, participam, tornam-se parceiros solidários, desenvolvem suas aptidões individuais e comunitárias, enfim, encontram espaço para se desenvolver. É um trabalho de “formiguinha”, de convencimento, de articulação, onde cada iniciativa pontual depende do empenho das pessoas e entidades envolvidas. É, também, um trabalho político, mas não necessariamente político-partidário, objetivando a construção de parcerias, no sentido de buscar a transformação social. Ainda que isso seja um horizonte, todos os sujeitos envolvidos são co-autores de uma nova ordem. O processo, mesmo lento, consiste em partir para a ação concreta, mas acreditando na utopia transformadora. Não se esquece, naturalmente, o papel dos líderes, dentre eles os dirigentes sindicais, qual seja: empreender ações que possam dar crédito à utopia e mobilizar os agentes envolvidos e, potencialmente, multiplicadores.

Durante a pesquisa, pude constatar que membros do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil e usuários dos ramais citados, identificam a articulação com outros movimentos sociais como uma nova maneira de luta. “A mobilização da sociedade é sempre a melhor forma de mudar as coisas”, tornou-se uma das palavras de ordem. O Contrem cresceu muito de 1999 até hoje, e serviu como modelo em outros campos de atuação do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, como Juiz de Fora, por exemplo, onde foi fundado, em 2004, o Movimento Nacional Amigos do Trem, hoje, uma ONG. O movimento surgiu, também, como desdobramento da Frente Ferroviária, esta criada em 2000. Verifica-se essa repercussão no depoimento de um militante do Contrem:

“Hoje temos vários grupos aí: Movimento Nacional Amigos do Trem, Grupo de Defesa do Trem, sempre envolvendo a mobilização de trabalhadores e comunidades usuárias dos serviços. Por exemplo, nesse domingo vai ter uma assembléia lá em Saracuruna, com as igrejas, com várias regiões participantes e representantes da comunidade e do Sindicato também. Todo final de semana tem um contato com a comunidade” (Pesquisa de campo, abril de 2004).

O Movimento Nacional Amigos do Trem, conhecido simplesmente como Amigos do Trem, foi criado com o objetivo confesso de alertar a população de Minas Gerais e de todo o país sobre a importância que uma ferrovia, em atividade, pode ter para os municípios e para os seus moradores, assim como para denunciar o abandono das ferrovias e exigir, do governo federal, a revitalização da malha ferroviária. Hoje, o movimento cresceu e se espalhou pelo Brasil, realizando articulações com outros movimentos sociais, como o MST, por exemplo. O depoimento do presidente do Amigos do Trem, Paulo Henrique Nascimento, esclarece mais sobre os objetivos do movimento:

“Além de ser capaz de gerar novos empregos e, em consequência, diminuir o índice de desemprego, uma linha férrea em atividade pode significar a retomada do desenvolvimento e trazer indústrias para as cidades, gerando progresso. O abandono de várias ferrovias trouxe o desemprego e a fome para os trabalhadores que atuavam nas mesmas. Além disso, a desativação gera desmonte do patrimônio público. Se o governo dedicasse mais atenção para as ferrovias, talvez, hoje, os brasileiros não se queixassem dos preços abusivos dos transportes e combustíveis, não se entregando tão facilmente ao uso de transportes de cunho individualista, que segue na contramão dos interesses coletivos. Outra bandeira do movimento é denunciar o desemprego e a fome que a privatização trouxe para os trabalhadores da antiga rede, por exemplo” (Pesquisa de campo, 18 de dezembro de 2004).

O Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil já estabeleceu parceria com o MST, mas, num nível mais amplo, quando participou da organização de movimentos sociais no Rio de Janeiro, para manifestações pela reversão da privatização de órgãos públicos, como a Cia. Vale do Rio Doce e pela não extinção da RFFSA, em 2005. O sindicato cedeu espaço físico, antes de ser despejado de sua antiga sede, para várias reuniões do MST/RJ. Em entrevista, o diretor estadual do MST/RJ discorre sobre a articulação com outros movimentos sociais:

“É uma necessidade do movimento, para não ficar isolado, pois o movimento social tem que ter direção coletiva. Por exemplo, a marcha dos 100.000, em 1997, contou com diversos movimentos, inclusive sindicatos, porque para ter reforma agrária é necessário mudar um conjunto de questões sociais colocadas. (...) Hoje, o MST trabalha, também, para atingir os setores urbanos. Quando ele surge como movimento social organizado, em 1984, ele tinha três bandeiras de luta que norteavam as suas ações: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta e a questão macrossocial, porque, para conquistar a reforma agrária é preciso transformar a sociedade. Porque o camponês, quando entra no movimento, ele tem necessidade de conquistar a terra para a sua subsistência e a da sua família. Só que só distribuir a terra

não é suficiente. É necessário um conjunto de medidas, quer dizer, escoamento de mercadorias, crédito, moradia, saúde, educação, transporte, saneamento básico, luz, água. Então, a reforma agrária como um todo, toda uma política voltada pra isso. Por isso é que o movimento camponês, que surgiu na década de 1970 para 1980 hoje faz lutas contra a ALCA, contra o FMI, contra privatizações, por isso alguns dizem que a gente perdeu o rumo. Mas é porque é um princípio do MST conquistar uma sociedade mais justa, igualitária, aonde todos possam viver melhor. E com os movimentos urbanos nós procuramos construir uma natureza associativa. O que é isso? É pegar esses movimentos sociais, cada um com suas linhas de atuação, as suas bandeiras de luta, e que a partir das diversas linhas sociais de luta, construir um único objetivo estratégico, que é realizar lutas conjuntas, e com isso realizam lutas que contemplam todos os movimentos. Com isso o MST participa de vários espaços urbanos. A partir daí nós criamos espaços de discussão para discutir quais são os problemas na atual conjuntura que precisam ser combatidos, questionados, diversas linhas de ação. Então tem a CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que envolve todos os movimentos urbanos, entidades, as Assembléias Populares, que é um espaço onde se reúnem os movimentos sociais que trabalham só com bases, organizadas nas comunidades, tanto da periferia urbana, como do meio rural, com o objetivo de diagnosticar os problemas sociais e buscar saídas a partir da discussão com o povo das comunidades. É um debate muito novo no MST hoje esta questão da relação campo-cidade. E, com isso, o MST vem junto com outros movimentos sociais urbanos, com os sindicatos também, trabalhando a questão do desemprego, por exemplo, que é um problema grave. Agora, diretamente com o sindicato dos ferroviários nós temos relações em nível nacional e por região, como aqui no Rio nós temos. Já fizemos muitas lutas conjuntas com sindicatos, com os ferroviários tivemos momentos pontuais, sobre a privatização, a Rede, por exemplo. Mas existe um bom diálogo com eles, são nossos parceiros de luta” (Pesquisa de campo, entrevista com Marcos Araújo, diretor estadual de projetos e finanças do MST/RJ, 05 de junho de 2006).

Em matéria da Folha de São Paulo<sup>12</sup>, líderes do MST reforçam a informação dada pelo diretor estadual do Rio de Janeiro, e afirmam que “a revolução no campo somente ocorrerá quando a sociedade urbana for convencida de que a reforma agrária é urgente e necessária”. Para isso, querem levar às cidades a organização que possuem no campo. No momento, principalmente por conta da informalidade no trabalho, enxergam um poder escasso de organização e mobilização dos movimentos e sindicatos urbanos. “É justamente das periferias das grandes cidades que saem muitas famílias que aderem ao MST e engrossam acampamentos país afora”. O depoimento abaixo, de um membro do MST confirma esta última afirmação:

“Eu praticamente vim da cidade para o MST. Em 2000, quando eu entrei no MST, eu morava na Baixada Fluminense, que é fisicamente Japeri, e é uma cidade pequena, é praticamente uma cidade dormitório, que é onde a população de Japeri e da Baixada Fluminense, sai de lá, pega o trem para

<sup>12</sup> Folha de São Paulo, “MST testa Lula com radicalização verbal”, Caderno Brasil, p. A5, 22/04/2006.

poder vim trabalhar no Centro. Com isso volta apenas para dormir. Com isso é uma cidade pequena e bem carente mesmo, que é como se fosse uma cidade rururbana, que é meio rural e meio urbana. Com isso a cidade não atende as demandas e as necessidades da sua comunidade, e muito menos da juventude naquela região. Então você não tem emprego, não tem condições de morar lá. E eu saí de lá adolescente, em 2000, não tinha muita perspectiva de vida. Com isso, o MST estava acampado em Miguel Pereira, e eu acabei indo acampar lá. Esse acampamento ficou lá durante um ano, e eu fiquei lá, e mudamos para Santa Cruz, e eu acabei vindo para cá. E, hoje, acampamento é um pré-assentamento em Nova Iguaçu. Essa é uma outra questão, um processo de negociação com o estado do Rio de Janeiro, as famílias se mudaram de Santa Cruz numa área arranjada pelo estado. A Rosinha Garotinho fez uma articulação por fora com uma empresa metalúrgica e estava com projeto de instalar um parque industrial em Santa Cruz, e então, as famílias tiveram que ver uma outra área junto com o Estado para deslocar as famílias e viemos para Nova Iguaçu” (Pesquisa de campo, entrevista com membro do MST, 20 anos, 05 de junho de 2006).

O MST pode ser considerado um parceiro de luta dos trabalhadores urbanos, por apresentar um grande potencial de articulação com outros “protagonistas” nesse cenário, tendo em vista as características de suas bandeiras de lutas e o perfil de parte de seus integrantes. Outro aspecto que merece destaque é a transversalidade de questões enfrentadas pelo MST e pelo Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil. É exemplar o caso relatado, onde se verificam as questões do desemprego, das condições de vida nas periferias, da precariedade do sistema de transporte de massa e da exclusão dos “rururbanos”. Nesse sentido, configura-se uma excelente oportunidade para a atuação conjugada do MST e do sindicato, que já vem lidando com alguns desses temas, conforme demonstrado.

A partir de tais depoimentos, pode se inferir que a tese de refluxo ou de cooptação dos movimentos sociais, pelo governo Lula, é, no mínimo, polêmica, ainda que muitos deles apóiem ou tenham apoiado o governo em algum momento. Tanto no campo como na cidade, os movimentos sociais brasileiros têm se mobilizado na defesa não apenas de suas reivindicações específicas, mas na luta pelas mudanças estruturais tão necessárias para o combate à desigualdade no Brasil. Nesta luta, os movimentos também fazem críticas ao governo Lula, sobretudo à política econômica adotada em sua administração e ao modelo social e político ainda vigente. Ao mesmo tempo, como se pode ver nas declarações dos membros do MST, os movimentos levam em conta elementos como a luta de classes, a correlação de forças, a disputa e o conflito. Outros movimentos, além do MST, como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, podem ser citados como exemplos de mobilização e

luta, bem como de compromisso com a busca de alternativas, não se distanciando dos espaços abertos pelo Estado, na tentativa de ampliar e democratizar esses espaços para que se tornem verdadeiramente públicos. É bom lembrar que alguns espaços foram conquistados desde o período de redemocratização, nos anos de 1980, como os Conselhos de Direitos e as Conferências Nacionais em diversas áreas das políticas públicas. Em julho de 2004 foi realizada a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em novembro de 2005 foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e, em abril de 2007, a 3.ª Conferência Estadual das Cidades. Cotidianamente, os movimentos populares participam dos Conselhos de Direitos Municipais e Estaduais.

De acordo com a exposição até aqui feita, torna-se necessário apontar alguns elementos para uma discussão sobre a construção de espaços públicos democráticos no Brasil, tendo em vista a importância do tema para a compreensão da articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais

É bastante visível, hoje, seja no âmbito dos movimentos sociais, das Organizações Não-Governamentais – ONGs, ou de parcelas da intelectualidade, a compreensão de que o crescimento de práticas participativas, a partir das bases da sociedade, requer uma redefinição das relações entre Estado e sociedade civil.

Contudo, tendo em vista ser o conceito de sociedade civil muito utilizado hoje e, por essa razão, ter sido ampliado a ponto de permitir muitas interpretações e ambivalências, é importante ressaltar que, neste trabalho, ele é usado como o espaço das lutas sociais e, conseqüentemente, como o espaço onde se definem as propostas coletivas.

Seguindo nesta direção, com a análise do longo processo de emergência da sociedade civil brasileira, pode se afirmar que os anos da década de 1980, apesar de considerados como “anos perdidos” do ponto de vista econômico, foram de importantes conquistas por parte de diversos sujeitos da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais. Estes movimentos, que vinham se organizando desde a década de 1970, fortaleceram-se e conseguiram deixar marcas e registrar conquistas durante o processo da elaboração da Constituição de 1988, tanto no plano dos direitos sociais como no da criação de espaços de representação de sujeitos coletivos, na elaboração e gestão de políticas públicas. Contudo, o processo não se esgota com a elaboração da constituição, e a realidade da reforma constitucional comprova esse fato com muita clareza, devendo as lutas pela

construção e ampliação de espaços democráticos e pelas garantias e direitos previstos na Carta Magna prosseguir, sobretudo num contexto de desenvolvimento de políticas de cunho neoliberal, como o que temos presenciado desde o início da década de 1990.

De acordo com a literatura especializada, alguns mecanismos<sup>13</sup>, quando executados de forma séria e competente, podem possibilitar a transparência administrativa, a desintermediação da aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, alterar a forma da relação da população com o poder público. Ao participar das orientações das ações de um governo, acredita-se que a população exerce, de fato, sua cidadania e que as relações tradicionais do Estado com a sociedade civil, marcadas por uma profunda herança elitista e autoritária e pela prática do clientelismo, possam ser alteradas.

Neste ponto, cabe esclarecer sobre a utilização da categoria cidadania e da própria noção de participação, para que fique claro em que sentido conceitos tão difundidos e polêmicos são aqui tratados.

Ainda que a versão liberal de cidadania, difundida no final do século XVIII, tenha sido uma resposta do Estado a reclamações de setores sociais excluídos, hoje em dia ela desempenha funções bem distintas das de sua origem. Há semelhanças no termo, que expressa referências comuns, como a questão dos direitos e da própria democracia, conceitos tão difundidos quanto passíveis de distorção. O que quero evidenciar são as diferenças políticas, com sentido e intenções muito diferentes entre si, que, da mesma forma, expressam-se como diferenças conceituais. De acordo com o que sugere Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), a partir dos anos 1990, a noção que já vinha, historicamente, sendo redefinida pelos movimentos populares, passou a ser apropriada pelos diversos projetos políticos em cena na sociedade brasileira. A primeira diferença remete à própria noção de direitos, que não se limita mais ao acesso a direitos previamente definidos, mas à idéia de “direito de ter direitos” (p. 86). Como consequência da primeira, a segunda diferença consiste na necessidade de constituição de sujeitos sociais ativos, que

---

<sup>13</sup> Aqui poderiam ser lembradas as experiências de orçamento participativo por parte da administração pública, as câmaras setoriais, como tentativa de estabelecimento de novas formas de gestão pública, favorecedora da negociação entre governo, empresários e trabalhadores e, ainda, no contexto da gestão das políticas sociais, como forma de articulação estatal e privada na direção do público, a experiência dos conselhos de gestão das políticas sociais. Ainda que, na prática, esses mecanismos nem sempre se configurem como fóruns efetivos de participação, esta entendida como mecanismo capaz de propiciar o compartilhamento do poder de decisão quanto à formulação de políticas públicas, portanto, como partilha efetiva de poder e no interior dos espaços públicos.

possam definir os seus direitos e lutar pelo seu reconhecimento, sendo, portanto, “uma cidadania desde baixo” (p. 87). Uma outra diferença é que não se requer somente participação e acesso a um sistema político já dado, mas o direito de poder participar na própria definição desse sistema, o que implica em transformações nas relações de poder. Ou seja, essa concepção ampliada contrasta com a visão liberal e implica o não confinamento da cidadania nos limites das relações entre Estado e indivíduo.

Mas, como a ideologia neoliberal busca impor uma visão de cidadania como “uma sedutora integração individual ao mercado” (p. 84), as dificuldades para que as classes populares possam desempenhar esse papel de cidadãos são bem reais, mas não são impeditivas de práticas concretas, como demonstra o MST, por exemplo.

A literatura especializada mostra que, nas experiências empreendidas e que não lograram sucesso, o principal obstáculo encontrado foi o da resistência à participação popular no nível das deliberações, ou seja, resistência à partilha do poder propriamente dito (vide, por exemplo, Dagnino, 2002). A via para romper tais resistências parece ainda ser a da construção e fortalecimento de espaços públicos onde possam ocorrer, pelo debate público, o reconhecimento dos diferentes interesses e a participação das camadas populares na formulação de políticas públicas que expressem os interesses em questão.

Contudo, há que se lembrar, também, que, não obstante o esforço de criação e ampliação desses espaços, que caminha no sentido da consolidação do processo democrático no Brasil, tais mecanismos, muitas vezes, quando empregados na perspectiva da atuação conjunta da sociedade civil e Estado, podem ser utilizados como reforço de um projeto de sociedade<sup>14</sup> que não contempla o interesse da maioria. Dessa forma, tal interlocução pode contribuir para encobrir a verdadeira essência de um projeto elitista, ainda que este, à sua maneira, também necessite de uma sociedade civil ativa e propositiva.

---

<sup>14</sup> Utilizo o termo “projeto de sociedade” para referir-me ao plano geral das idéias e intenções embutidas na direção que se busca, na construção da sociedade brasileira. Nesta direção,, acredito haver um projeto baseado no ideário neoliberal, que busca a manutenção da sociedade marcada pelo elitismo, e outro, de cunho democratizante, que busca a participação, em seu sentido ampliado, das classes populares na construção da sociedade, tendo como princípios básicos a constituição da cidadania e da democracia.

## 6.2

### **Desafios na construção do público democrático na sociedade brasileira – relações entre Estado, mercado e sociedade**

A reflexão sobre a constituição de uma nova esfera pública democrática está relacionada à necessidade de se repensar as relações entre Estado, mercado e sociedade, a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil e entre o público e o privado. O processo de redefinição dessas relações vem provocando a emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política, em suma. O relato de uma usuária de trem, moradora de Japeri, demonstra a relevância destas questões e as implicações diretas ao dia-a-dia do trabalhador:

“A gente precisa sentir que o trem é do povo, que a gente ama. Não de um povo que vem para quebrar, depredar, jogar pedra. Para um povo que vai usar de verdade. Para dizer assim: o trem realmente me serve, a mim me serve. Pra gente falar sobre o trem. Minha visão pro futuro é que a gente tenha uma linha ampliada, com bastante gente cuidando da ferrovia, porque não basta ter linha e não ter quem cuide. O trem no Brasil é um patrimônio da humanidade, do povão” (Pesquisa de campo, 12 de fevereiro de 2007).

Antes de avançar nessa discussão, torna-se importante uma breve referência às relações entre Estado e sociedade, para que se possa compreender melhor o quadro que estamos vivendo no que concerne à constituição de espaços públicos no Brasil.

Tomando como referência o campo teórico do marxismo, vale lembrar como se deu a passagem de uma concepção restrita a uma concepção ampliada de Estado, pois esta implicou em importantes alterações com relação às estratégias políticas de transformação da sociedade e à própria concepção de democracia participativa.

Foi em Gramsci, filósofo e ativista político italiano, que a ampliação da concepção de Estado encontrou sua expressão mais completa, associada a uma compreensão inovadora em relação à tradição marxista do conceito de sociedade civil<sup>15</sup>:

---

<sup>15</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de sociedade civil, em Gramsci e sua atualidade ver, entre outros, Coutinho e Teixeira, (2003); Semeraro (2001); Coutinho (1989) e Mello (1996).

“O Estado, em sentido amplo, com ‘novas determinações’, comporta duas esferas principais – a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil* formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura” (Coutinho, 1989: 76-77).

Essa ampliação permite observar que há uma diferença na função que tais esferas exercem na organização da vida social e nas relações de poder que se estabelecem na sociedade. Ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica<sup>16</sup>, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas é na sociedade civil que as classes buscam aliados para as suas posições ou, como ensina Gramsci, buscam exercer sua hegemonia, conforme demonstrado, de acordo com os objetivos deste trabalho, na análise do discurso político privatizante aplicado à questão ferroviária brasileira.

Na literatura mais recente, que discute a relação Estado e sociedade civil<sup>17</sup>, pode se identificar uma vertente que procura dar continuidade a um debate clássico sobre a dualidade entre ambos<sup>18</sup>, e outra, ainda mais recente, que situa a sociedade civil como parte da constituição de uma esfera pública que se diferencia tanto da noção tipicamente estatal, como das regras estritas do mercado.

As discussões recentes sobre sociedade civil<sup>19</sup> estão marcadas pela emergência dos novos movimentos sociais, a partir dos anos 1970, e pela crise, nos anos 1980, do socialismo real no Leste Europeu e do *Welfare State* na Europa. Ambos os processos fizeram ressurgir a idéia de uma contraposição entre sociedade civil e Estado, sendo que o fortalecimento da sociedade civil é visto como condição para se poder redefinir o papel do Estado e a relação entre ambos.

No processo de redefinição das relações entre Estado e sociedade civil, opera-se, também, uma reformulação nas relações entre o público e o

<sup>16</sup> A origem do Estado, segundo Gramsci, encontra-se na divisão da sociedade em classes, que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção.

<sup>17</sup> Refiro-me a Avritzer (1993), Bobbio (1987 e 1988), Oliveira (1990), Telles (1994).

<sup>18</sup> Nesse caso Norberto Bobbio é um dos expoentes.

<sup>19</sup> Refiro-me a Avritzer (1993), Oliveira (1998), Dagnino (1994, 2002 e 2003), Doimo (1995), Telles (1994), Fedozzi (1997) e Semeraro (2001).

privado, apontando para uma nova compreensão da constituição de espaços públicos.

Souza (1995), Telles (1994), Dagnino (1994, 2002 e 2003), dentre outros, vêm desenvolvendo as noções de bem público e espaço público como elementos constitutivos da nova cidadania, da utopia democrática e da redefinição das relações entre Estado e sociedade.

Souza afirma que a noção de bem público é o critério fundamental para possibilitar a universalização da democracia e da cidadania. Vejamos:

“O público é o que nos permite hoje escapar desse dilema entre privado e estatal, entre mercado e Estado, entre direito de uns poucos e o de todos. Nesse sentido, o público é o espaço da solidariedade, da igualdade, da participação, da diversidade, da liberdade. Enfim, o público é a expressão da democracia aplicada ao conceito do que deve e pode ser universal. Mas é também um modo de pensar a reorganização da nossa sociedade marcada por esta dicotomia entre o privado e o estatal. Não estamos propondo que não haja espaços privados, onde cada pessoa possa exercer sua privacidade e defender seus direitos. Essa seria uma forma de totalitarismo do social sobre o pessoal, ou individual. Também não estamos propondo a eliminação do estatal, naquilo pelo qual só o Estado pode e deve se responsabilizar, como as questões de segurança, a garantia dos direitos e a proteção contra o abuso do privado sobre o público. Estamos propondo que o democrático seja abrangente, que o público seja a forma democrática de existir e equacionar os problemas de todos, em que a cidadania se realiza em toda sua universalidade” (Souza, 1995).

Também em Telles encontramos a noção de espaço público como elemento constitutivo de uma nova cidadania e de uma utopia democrática:

“Nestes tempos em que se redefinem as relações entre Estado, economia e sociedade, em que a crença em soluções redentoras não mais se sustenta, em que exclusões velhas e novas se processam numa lógica que escapa às soluções conhecidas, o que parece estar em jogo é uma nova contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais. (...) São práticas, experiências e acontecimentos que reatualizem a ‘invenção democrática’ que caracterizou os anos 80, em uma descoberta da lei e dos direitos que se forma e se renova na prática da representação, interlocução e negociação de interesses” (1994: 98-99).

Dagnino, ao analisar o significado das experiências de participação popular na gestão pública, destaca a transformação das relações Estado/sociedade e sua contribuição para a criação de um novo tipo de espaço público, afirmando que essas experiências apontam que a redefinição não é apenas dos modos de tomada de decisões no interior do Estado mas, também, dos modos como se dão as relações Estado/sociedade. “Mais ainda,

eu diria que esse tipo de processo contribui para a criação de um espaço público onde os interesses comuns e os particulares, as especificidades e diferenças podem ser discutidas” (1994: 110-111).

Nesse ponto, torna-se fundamental problematizar a reflexão, tendo em vista a existência de projetos políticos diversos em curso na nossa sociedade<sup>20</sup>. Dagnino (2002 e 2003), ao analisar o tema da constituição de espaços públicos no Brasil recente, chama a atenção para esse fato. Não obstante o impulso democratizador da participação da sociedade civil nesses espaços, a autora enfatiza seus limites e possibilidades, sobretudo com a heterogeneidade que agora se observa com os diferentes projetos políticos em disputa. Assim, destaca o processo de democratização multifacetado, desigual no seu ritmo e nos seus efeitos, com avanços, estagnação e até retrocessos. Analisa, ainda, os encontros que se estabelecem entre Estado e sociedade civil e indaga se tais encontros podem ou não contribuir para o avanço da democracia. Demonstrando que os interlocutores são portadores de interesses diferenciados, e que os espaços públicos deveriam ser regulados, democraticamente, para a administração de conflitos e para a construção de consenso, a autora questiona como eles funcionam na realidade.

Examinando algumas experiências recentes, no Brasil, como os Conselhos Gestores, a atuação das Ong's e o MST, por exemplo, Dagnino demonstra que o processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado. Que não há possibilidade de conceber a sociedade civil como o pólo de virtude do aprofundamento democrático, embora o Estado ainda tenha um desenho autoritário que permanece resistente aos impulsos participatórios populares, sendo necessário diferenciar estes das pseudo-parcerias estabelecidas entre o Estado e o grande capital privado.

Além disso, constata a precariedade da função mediadora dos partidos políticos e a busca, por parte das organizações da sociedade civil, de relações mais diretas com o Estado.

Essas constatações colocam em cena alguns elementos que merecem destaque. Em primeiro lugar, a natureza das relações entre Estado e sociedade, que são sempre tensas, permeadas pelo conflito. Dagnino chama

---

<sup>20</sup> De acordo com Dagnino (2002), projetos políticos são conjuntos de interesses expressos em escolhas. São conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

a atenção para o caráter de construção histórica dessa relação, que é objeto da política e, portanto, transformável pela ação política. Outro aspecto diz respeito à partilha do poder, foco mais generalizado dos conflitos. A sua análise mostra que há resistência dos executivos (federal, estaduais e municipais) em compartilhar o seu poder exclusivo sobre as relações referentes às políticas públicas. Contudo há, também, insistência de setores da sociedade civil em participar dessas decisões e concretizar o controle social sobre elas.

Dagnino (2003) problematiza essa relação, afirmando que há, hoje, uma confluência perversa entre o “projeto político participatório” e o “projeto neoliberal”. Segundo ela, tal confluência opera a disputa e os deslocamentos de sentido em algumas noções fundamentais para o entendimento do processo, trazendo mesmo a sua ressignificação, importando referenciar três temas centrais: sociedade civil, participação e cidadania. A perversidade encontra-se no fato da confluência se dar entre dois projetos, um elitista e o outro participativo, que apontam para direções opostas, embora requeiram, igualmente, uma sociedade civil ativa e propositiva. A identidade de propósitos reside somente no fato da participação da sociedade civil ser aparente e ser construída através da utilização de referências comuns<sup>21</sup>.

Observa-se, assim, a tensão que hoje atravessa a dinâmica do avanço democrático no Brasil, tendo, de um lado, a constituição de espaços públicos – que representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização – e, de outro, o processo de encolhimento do Estado e a progressiva transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, ainda que num sentido que, frequentemente, não contempla verdadeiramente a participação da grande massa na definição de novas estratégias de gestão dessas responsabilidades.

Diante do exposto, observa-se que a sociedade brasileira, em termos históricos e estruturais, vive de um modo singular as contradições entre o estatal e o privado, convivendo com componentes tradicionais e modernos, e que a concepção republicana de público não atingiu a sua maioridade.

---

<sup>21</sup> A autora (2003) argumenta que o fato do “projeto neoliberal” ter encontrado, no Brasil, um projeto político democratizante amadurecido, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil, embora não hegemônico, mas capaz de construir um campo de disputa, fez com que as suas estratégias e formas de atuação fossem obrigadas a estabelecer interlocução com o campo adversário. Assim é que o confronto é substituído por uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado, buscando uma inserção institucional dos movimentos sociais. Aí está a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva que os dois projetos requerem. A análise dos desvios de sentido das referências citadas pela autora encontra-se em “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. A referência completa do texto citado encontra-se na bibliografia deste texto.

O público, na história brasileira, foi marcado, como vários autores têm destacado, pela dominação oligárquica da troca como favor, base do clientelismo. Por outro lado, até os dias de hoje, o “pacto das oligarquias” com as chamadas elites modernas vem assegurando a estabilidade do poder vigente. Persistem relações de troca de favores políticos por benefícios econômicos, e de favores econômicos por benefícios políticos. Mesclam-se o velho e o novo, sem rupturas radicais.

Por esta razão, a mudança profunda da função do fundo público na regulação econômica que, no caso brasileiro, Oliveira (1990) trata como uma “regulação truncada”, torna-se indispensável<sup>22</sup>. Além disso, torna-se indispensável a criação de espaços públicos ampliados e a implementação de novas formas de gestão pública abertas à participação popular, colocando na agenda política demandas, reivindicações, distribuição de recursos e responsabilidades dos sujeitos envolvidos.

Embora alguns autores enfatizem o conflito, em suas análises, cabe ressaltar, contudo, que pouco se problematiza a relação entre Estado, mercado e sociedade e o papel dos movimentos sociais numa perspectiva de classes. Tal abordagem deixa de fora, ou não aprofunda, elementos fundamentais, como a relação entre capital e trabalho. Se considerarmos que são as relações sociais estabelecidas a partir desta relação fundamental que possibilitam as transformações sociais, fica claro, então, o limite de tais abordagens. Assim, na busca de caminhos, alguns dos quais já indicados pelos autores visitados, podem ser apontados alguns dos desafios a serem enfrentados no movimento de construção e consolidação de espaços públicos no Brasil.

Um primeiro desafio localiza-se na democratização da sociedade civil e do Estado. Isso passa pela consolidação da democracia representativa e deve avançar para formas de democracia direta para, progressivamente, atingir patamares da democracia econômica e social. Se é necessário desmistificar a posição de que tudo do Estado é bom, é preciso, também, vencer a “satanização” do Estado, dando-lhe o devido lugar nas tarefas urgentes de um desenvolvimento humano e sustentável.

---

<sup>22</sup> Oliveira (1990), utiliza a expressão “regulação truncada” para referir-se à forma particular em que se dá a relação Estado/classes no Brasil. Ela diz respeito a uma regulação sem esfera pública, onde se dá a utilização do fundo público sem regras gerais, sem a constituição de alteridades que imporiam clivagens por onde passariam as decisões sob controle dos grupos e classes sociais, tanto os diretamente interessados quanto os não diretamente interessados. Numa regulação truncada ocorre apenas o confronto técnico, não o político.

Outro desafio refere-se ao equacionamento da questão social, entendido como resolução de questões originadas por problemas sócio-econômicos como desemprego, subemprego, “economia informal”, pobreza etc., por problemas sócio-políticos, como apatia, corrupção, clientelismo, autoritarismo, participação etc., e por problemas socioculturais, como analfabetismo, diversidade cultural, respeito à diferença, etnias, gênero etc.

Um último, mas não menos importante desafio, diz respeito ao fortalecimento de fóruns ampliados de participação social, em todos os níveis de atuação, sob formas de organização, representação e funcionamento que assegurem a sua democratização e uma efetiva e sólida repartição do poder nas ações decisórias.

### **6.3 Uma nova (e polêmica) estratégia de luta**

As considerações até aqui explicitadas trazem elementos importantes para a compreensão do que vem ocorrendo, portanto, com os ferroviários do Rio de Janeiro e as estratégias de luta que têm sido adotadas nessa nova fase de “recomposição sindical”.

Foi realizado, no Rio de Janeiro, em 2002, promovido pela Comissão de Transportes da Alerj, o “1º Seminário de Transporte Público no Rio de Janeiro: Conjuntura, Problemas e Soluções”, no qual o presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil participou ativamente, inclusive realizando uma palestra, da qual transcrevo um trecho:

“(...) só lamento que, talvez os mais interessados no processo, que são os usuários, não estejam presentes, e acaba que ficamos aqui fazendo um discurso para nós mesmos, mas quem sabe daqui sai algum projeto ou idéia iluminada para oferecer um transporte com dignidade, com segurança, porque transporte, lamentavelmente, alguns companheiros não percebem, mas é qualidade de vida também; é um direito do cidadão garantido pela Constituição. Lamentavelmente, esse direito não é permitido, porque há os monopólios, controles e concessões mal feitas, e acaba o povão ficando ilhado. Há cinco ou seis milhões de demanda reprimida por falta de oportunidade de transporte. Talvez, neste evento, que o nosso nobre Deputado Paulo Melo teve a brilhante idéia de promover, possamos chegar a um grande projeto, uma grande obra para oferecer para essa população. Como ferroviários, obviamente, temos algumas críticas ao projeto de concessão que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, especialmente em relação ao transporte ferroviário, que, apesar do discurso, estamos sofrendo na pele, como usuários e como ferroviários, as conseqüências dessa concessão. (...) Queríamos que esta Casa Legislativa, a partir deste encontro de ontem e de hoje, discutisse uma reformulação desse contrato de concessão. O que queríamos questionar é o seguinte: o que esta Casa

Legislativa tem contra o projeto, no sentido de reaver ou questionar os contratos de concessão, especialmente o nosso Deputado Paulo Melo, em relação à questão da concessão; e também a ASEP, porque o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil encaminhou dezenas de documentos provando, nada de corporativo, mas até enquanto usuário, em relação a provas de falta de segurança nas estações, nos trens, no sistema ferroviário, com alguns acidentes com dezenas de mortos e feridos, e até hoje a ASEP não respondeu” (Pesquisa de campo, abril de 2002).

O evento, que não apresentou qualquer resultado significativo para o que se propunha, contou com a presença de representantes da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, da Secretaria Estadual de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, da Secretária Municipal de Transportes da Prefeitura do Município de São Paulo, da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário, das Cooperativas de Vans e Transporte Alternativo – Fecotral, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, da Secretária do Departamento de Trânsito e Transporte da Prefeitura Municipal de Barra Mansa, da Câmara Comunitária de São João de Meriti, da Fetranspor - Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, da Furj - Federação dos Usuários de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro – Setrej, da empresa Transportes São Silvestre S/A, da empresa SuperVia, da Cooperativa Mista de Prestação de Serviços Multidisciplinares, da empresa Barcas S/A e da Associação Comercial e Industrial da Ilha do Governador.

Tendo em vista que a maioria dos participantes não era ligada, diretamente, à população usuária, mas, principalmente, às associações empresariais e órgãos governamentais, o evento não contou com a participação popular, o que indica que se tratou de uma oportunidade desperdiçada para a devida discussão da temática proposta. Sabe-se que é necessária a construção e o fortalecimento de espaços públicos, onde possa haver, pelo debate público, o reconhecimento dos diferentes interesses, assim como a participação das camadas populares na formulação de propostas que se materializem em políticas públicas que expressem os direitos em questão.

Um outro movimento com o qual o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil tem buscado aliança é o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD. Criado em 1999, sob orientação do MST, nasceu da necessidade de se criar um movimento urbano de massas, para mobilizar o

povo da cidade na busca de moradia, emprego e que, também, pudesse dialogar com movimentos do campo, já que muitos desempregados “sem-tetos” estão, constantemente, procurando se agregar ao MST, em busca de condições de sobrevivência. Inicialmente atuante no Rio Grande do Sul, possui, hoje, representações no Rio de Janeiro e na Bahia. A perspectiva do MTD é a conquista de trabalho e moradia para os trabalhadores desempregados, tendo como principal bandeira de luta mobilizar e articular os trabalhadores desempregados do país, bem como lutar contra as privatizações no Brasil.

A partir destas constatações, busquei, nas reflexões de Bihr (1998), aportes que trazem pistas para a discussão sobre a importância da articulação do movimento sindical com outros movimentos sociais, no sentido de ampliar as possibilidades de lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e na busca de uma sociedade mais justa. Ao abordar o mito da possibilidade de uma virada do capitalismo em um ato único e brutal, espécie de assalto final concebido sob a forma da greve geral insurrecional, a qual chamou de “grande noite”, ele propõe uma “alternativa” ao defender que a revolução proletária é uma obra de grande fôlego, que consiste em se apoderar dos elementos e das condições da construção de uma sociedade, para o desenvolvimento das suas potencialidades críticas e para tirar partido das diferentes contradições internas da apropriação capitalista da práxis social. Para tanto, é requerido pensar as novas potencialidades das características dos trabalhadores, que emergem a partir da reestruturação produtiva do capital.

A apropriação da práxis social se dá quando o capital produz uma sociabilidade, um modo de vida em sociedade a ele apropriado, por ser de acordo com as exigências de sua reprodução. Essa apropriação é um processo que tropeça em limites certos, e que dá origem a crises e conflitos, o que Bihr chamou de crise da sociabilidade. Essas crises são parciais, mas crônicas, e se ampliam na medida em que a influência do capital sobre a vida social cresce. Com o seu aprofundamento e o fracasso de sua tentativa de solução por intermédio da gestão estatal, favoreceu-se o desenvolvimento dos “novos movimentos sociais”<sup>23</sup> e as “práticas alternativas”, que contribuíram para a ampliação do terreno e para o aprofundamento da questão em jogo da luta de classes e, portanto, do combate político, nas formações capitalistas centrais.

---

<sup>23</sup> O autor refere-se aos movimentos sociais da década de 1970, na França.

“Servindo de analistas em relação a múltiplas crises sociais crônicas pelas quais passavam essas formações, revelaram, de maneira mais ou menos clara, que as condições da reprodução do capital ultrapassaram hoje amplamente seu simples movimento econômico (seu ciclo ‘valor em processo’) para se estender à totalidade das condições sociais de existência. Ao mesmo tempo, colocaram em evidência que a luta contra a exploração e a dominação capitalistas deve hoje passar por terrenos e disputas aparentemente sem relação imediata com elas. Em outras palavras, os ‘novos movimentos sociais’ colocaram em evidência o fato de que tudo é (tornou-se) político, desde as relações entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social e que, conseqüentemente, é preciso ampliar a luta anticapitalista<sup>24</sup>” (Bihl, 1998: 153).

Isso ressaltou os limites do movimento de trabalhadores, pois suas organizações sindicais só se preocupavam, até então, via de regra, com problemas relativos à troca e ao uso da força de trabalho nos limites da relação salarial. Ao mesmo tempo, os terrenos de intervenção dos “novos movimentos sociais” apresentavam um caráter periférico quanto à relação social central, que é o capital, não colocando diretamente em questão essa relação social e as condições imediatas de sua reprodução. Conseqüentemente, não havia interlocução entre o movimento sindical e os “novos movimentos sociais”, ocasionando uma “fraqueza política”, o que contribuiu para a apropriação, pelas classes dominantes, da práxis social. Contudo, há que se lembrar “o papel que desempenha a periferia na reprodução do centro” (op. cit.: 155), para que não se perca de vista a importância desses movimentos.

A alternativa que Bihl propõe é que a luta anticapitalista, hoje, deve se processar simultaneamente dentro e fora do trabalho, visando à reapropriação da totalidade das condições sociais de existência, pois aí se encontra a crise da sociabilidade, acabando com a separação entre movimento sindical e outros movimentos sociais, o que exige uma reformulação do sindicalismo em todos os seus aspectos. Mais que lutar por melhor nível de vida, é preciso lutar pelo modo de vida, ou seja, contra o conjunto da dominação, tanto dentro como fora do trabalho, o que implica na

---

<sup>24</sup> Devo deixar claro, contudo, que não estou defendendo que todos os movimentos anticapitalistas e antiimperialistas sejam válidos, a exemplo do terrorismo, ainda que contraposto ao terrorismo de estado imperialista. A ênfase recai em movimentos pacíficos, cuja bandeira é, em última instância, a luta por um novo modo de vida, ou seja, contra a exploração e a dominação capitalistas.

maneira como a própria sociedade se produz e como ela produz as relações com seus membros.

Ao conversar com um membro do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil sobre as dificuldades de mobilização dos trabalhadores e de encaminhamentos para os problemas enfrentados no cotidiano do movimento sindical, ele comentou que a cultura individualista é um problema:

“É aquele negócio do cada um resolve o seu problema e o resto que se dane. Nós estamos tentando unificar o trabalhador com a sociedade. Não dá para trabalhar individualmente. Eu acho que o movimento sindical pecou muito nisso. A própria Central (referindo-se à CUT) lá na década de 80, 90 se trabalhou muito na questão de cada categoria. Cada categoria trabalhava a sua reivindicação, seu salário, seu emprego, mas nunca foi atrás da sociedade, do usuário, por exemplo” (Pesquisa de campo, entrevista com assistente administrativo da Central Logística, 34 anos, 07 de abril de 2004).

Ao ser perguntado sobre a relação atual do sindicato com outros sujeitos da sociedade civil, um outro ferroviário associado ao sindicato afirma que havia um distanciamento do sindicato com a sociedade, inclusive com a comunidade usuária dos serviços prestados pelas empresas empregadoras dos trabalhadores que representa, mas, ao mesmo tempo, lembra a importância de não se esquecer da mobilização entre os próprios companheiros:

“O que houve com a gente também é que nunca se chegou pro passageiro e explicou as nossas dificuldades para se trabalhar. Então se você fazia uma greve, é comum o passageiro criticar o trabalhador que reivindicava, porque ele não tinha conhecimento das nossas condições de trabalho. Sempre teve uma propaganda contrária e a gente nunca chegou a essa estratégia de procurar a comunidade e explicar o porquê do movimento que, muitas vezes, beneficia, também, outros trabalhadores, os usuários do trem. A gente aqui já fez greve por segurança, greve por salário, garantia de emprego, mas o usuário sempre se sente prejudicado e a primeira pessoa que ele vem para criticar era o próprio trabalhador, que era trabalhador igual a ele. Então, hoje, a gente consegue, com o sindicato, o apoio nas nossas movimentações ou da comunidade Agora, a mesma coisa tem que ser feita também com o pessoal de dentro, porque tem muito ferroviário que não tem noção” (Pesquisa de campo, entrevista com operador de manutenção da Central Logística, 27 anos, 14 de outubro de 2004).

O modelo de gestão adotado pela SuperVia e, de uma forma geral, por outras grandes empresas brasileiras e estrangeiras, fragilizou o movimento sindical, reduzindo sobremaneira sua capacidade de pressão. Nesse sentido, o principal instrumento de pressão dos sindicatos continua a ser o da greve,

que “rompe abertamente com a subordinação rotineira do operário ao capitalista dentro das relações de produção capitalista. (...) De fato, significaram, muitas vezes, parte de explosões de descontentamento da classe operária de caráter mais geral” (Bottomore, 2001: 168). A diferença é que, se antes, no período do “novo sindicalismo”, foi largamente utilizada com sucesso, é forçoso reconhecer que de 1990 para cá, não obstante movimentos como a greve dos petroleiros, no governo FHC, o instrumento perdeu parte de sua capacidade de causar impacto<sup>25</sup>.

No período abordado por este estudo, verificou-se a ocorrência de somente 3 greves de ferroviários no Rio de Janeiro. Em junho de 1998, ferroviários da Flumitrens pararam por dois dias em protesto pela privatização da empresa, com uma adesão de 4.300 trabalhadores. Na ocasião, representantes da empresa e do sindicato enfrentaram-se na justiça, que acabou por determinar a greve abusiva, uma vez que não foi mantido o percentual mínimo de 40% da frota em funcionamento. Em julho do mesmo ano, 4.113 ferroviários da Flumitrens pararam, por um dia, em protesto contra possíveis demissões de funcionários da empresa, que passaria a ser controlada pela SuperVia, a partir de novembro. Os trabalhadores retornaram às suas funções após a empresa liberar, naquele dia, o pagamento de passagens por parte dos usuários. No ano seguinte, outra greve foi realizada, desta vez com a participação de toda a categoria, e não somente de trabalhadores de uma ou outra empresa. Sobre esta greve, transcrevo informação retirada do Boletim Dieese, de 1999:

“Categoria: trabalhadores em empresas ferroviárias - base territorial: Rio de Janeiro (RJ) – empresa: greve de categoria – duração: 08/10/1999: 6 horas e 30 minutos - número de grevistas: 1.760 – causas: protestavam contra o pagamento de salários pela metade e a demissão de 156 funcionários, ocorrida em outubro, contrariando a promessa da concessionária de não dispensar empregados até o dia 15/10. Encaminhamentos/resultados: segundo o sindicato, paralisaram as atividades 80% dos 2.200 ferroviários do Rio de Janeiro, a partir de 00h00min. Durante a paralisação, a empresa obrigou maquinistas recém-contratados a trabalhar, ameaçando demiti-los se aderissem à greve. Para o sindicato, a medida colocou em risco a segurança dos usuários, já que os funcionários forçados ao trabalho tinham poucos meses de experiência. A direção da SuperVia admitiu que os serviços foram interrompidos somente na parte da manhã, voltando ao normal às 6h30”.

<sup>25</sup> Refiro-me à greve ocorrida de abril a junho de 1995, tratada a *manu militari* pelo governo FHC. Foi amplamente noticiada pela imprensa como uma verdadeira guerra travada pelo governo contra os “arrogantes, insidiosos e corporativos” grevistas, onde estratégias midiáticas foram adotadas para impor uma derrota humilhante aos trabalhadores.

Em 2001<sup>26</sup>, houve uma greve parcial da categoria, em que se destacou a não paralisação de cerca de 2.000 empregados da SuperVia. A empresa não reconheceu a greve, mas uma comissão do sindicato foi recebida pelo governo do estado, oportunidade na qual foram apresentadas denúncias de que a SuperVia não pagava as contas de luz, telefone e água, havia meses. Na mesma ocasião, o sindicato denunciou, também, ao MPT/RJ, que a SuperVia era devedora da primeira parcela da privatização, tinha títulos protestados, descumpria normas de segurança, perseguia sindicalistas, além de, irregularmente, demitir empregados que se aproximavam da aposentadoria, não pagando sequer em parcela única a indenização e a multa de rescisão contratual<sup>27</sup>.

Por fim, em 2005, cerca de 2.500 funcionários da SuperVia e da Central Logística entraram em greve. Contudo, o movimento foi considerado ilegal, uma vez que a justiça o interpretou como “político”, conforme o relato de um membro do sindicato:

“A gente teve, na ultima greve, que foi considerada uma greve política, em 2005 foi a última. E ela não tinha piquetes, ela tinha comissões de conscientização. Não tinha mais o que você tinha na década de 80, um monte de trabalhadores nas portas das fábricas impedindo a entrada daqueles que iam trabalhar. As pessoas tinham que saber o porquê delas não estarem entrando, quais eram os objetivos, que era importante para elas, que era em defesa daqueles trabalhadores que estão aderindo à greve. Solidariedade, solidariedade às suas famílias. Solidariedade também das famílias dos trabalhadores que fizeram a opção de participar do movimento de greve. Mas foi considerada ilegal. Porque ela não teve o trâmite correto. É aquilo: você conseguir administrar a revolta! A revolta surgiu e a lei ela pede um prazo de 72 horas, um edital de 72 horas para uma reunião. Comunique a empresa com mais de 72 horas. Você nunca consegue fazer uma comunicação de greve com 6 dias. E a administração do movimento da revolta, ela é meio imediatista, ela não tem regras da lei, vamos parar, vamos botar um edital em um jornal de grande circulação, vamos fazer informações para o usuário, isso é difícil. O motivador da greve foi os cinco anos de recesso, de achatamento salarial, perda de direitos, a administração do Sr. Luís Espada, tudo escondia a revolta, porque ele vinha implantando uma série de ações, de estratégias, que foi realmente causando esse desconforto, isso um dia explodiu. Eu entendo que é movimento da revolta. E que essa estratégia dele conseguiu durar 5 anos. Ele fez uma estratégia que conseguiu durar 5 anos! No fim dos 5 anos a situação para você está insuportável. Não teve estopim. Agora há pouco tempo teve uma revolta dos controladores. O estopim da revolta dos controladores foi a demissão de um funcionário de 24 anos. E não foi só a demissão deste funcionário de 24 anos. Foi a causa que deram para que este funcionário de 24 anos fosse demitido, que é o mesmo que todos os controladores fizeram. Então o estopim foi a demissão deste rapaz, com mais a possibilidade de você olhar para a cara deste rapaz e ver

<sup>26</sup> As informações sobre as greves de 1997 a 2001 foram colhidas no site [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). Acesso em março de 2007.

<sup>27</sup> Fonte: Ata de reunião e denúncia protocolada no MPT/1ª Região em 1º de novembro de 2001.

sua cara no espelho. Isso teve um estopim. O outro não teve estopim. O outro foi uma implosão” (Pesquisa de campo, entrevista com diretor para assuntos jurídicos do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 10 de abril de 2007).

Este depoimento apresenta vários elementos valiosos para análise. Em primeiro lugar, a caracterização da greve como “política”, tema controverso, como bem ilustra a posição de Leite:

“A greve, seja qual for a sua natureza, seja qual for o seu objetivo, é, antes de mais nada, um *fato político*. A legislação e os princípios vetores da doutrina mais ‘responsável’ do direito coletivo tentam emascarar esta sua centralidade. E isto tem objetivos bem claros, a saber, forjar uma falsa consciência, principalmente entre os assalariados, de que um fato social terminado (um momento particular da luta de classes) pode deixar de ser político, através de uma ficção jurídica que se ampara num corpo doutrinário. A doutrina tradicional, por exemplo, é unânime em afirmar a ‘nocividade’ e a ilegitimidade da greve política, tendo um claro ‘ponto de vista de classe’ a respeito do assunto; não deve ser político aquilo que às classes dominantes interessa *que não seja político*, mas os proprietários dos meios de produção, através do Estado, através das mais diversas instituições, concretamente fazem política 24 horas por dia. Para a doutrina tradicional, ‘greve política’ é somente aquela cujas reivindicações têm caráter diretamente político (por isso devem ser reprimidas). Esta doutrina deixa de considerar como parte integrante do processo político os embates econômicos entre as categorias econômicas e profissionais. E o faz pelo fato de que as categorias não têm consciência do embate econômico como momento da luta política” (1979: 51).

Não obstante o termo “política” ser plurívoco, parece-me que a postura do autor ajuda a identificar uma estratégia capitalista de domínio da linguagem, afastando do direito a luta de classes. Nesse aspecto, Marx e Engels, conforme apontado por Dujardin (1980), entendiam que o direito real vigente era uma forma de alienação, que abstraía o sujeito jurídico e os deveres e direitos legais dos “seres humanos concretos e das realidades sociais, proclamando uma igualdade jurídica e política formal”, ao mesmo tempo em que tolerava - na verdade encorajava- a servidão, tanto econômica, como religiosa e social, promovendo a cisão do homem, como sujeito jurídico, e o homem como cidadão político, do homem econômico da sociedade civil.

Na greve de 2005, o sindicato não comunicou à população sobre a paralisação, deixando, de forma inesperada, milhares de usuários sem transporte, o que poderia comprometer as estratégias de aproximação com as comunidades periféricas. De qualquer forma, como o movimento foi debelado

em algumas horas, não houve maiores repercussões. Contudo, ofereceu indicativos dos dilemas enfrentados.

De resto, note-se a explosiva situação em que se encontrava o ambiente de trabalho dos ferroviários da SuperVia, e a solidariedade demonstrada pelos trabalhadores da Central Logística que, no caso em tela, não estavam diretamente ameaçados. O “reconhecer-se no outro trabalhador” revela a persistência dos laços de pertencimento de classe.

Quanto à busca por articulação com a comunidade, em suas ações, trata-se de uma necessidade reconhecida pelo Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil. Segundo seu presidente, é exatamente por conta de um trabalho, de sensibilização e tentativa de unificação com a comunidade e outros setores da sociedade, que se tem conseguido mais visibilidade e apoio para o movimento: “por exemplo, tivemos uma audiência pública na Alerj na segunda-feira, com o deputado Molon, e tinha comunidade de várias regiões, desde Paracambi até Raiz da Serra. Então não estava só o ferroviário, só o sindicato, tava a comunidade, tava outros trabalhadores juntos ali defendendo os seus interesses” (Pesquisa de campo, maio de 2004).

Todavia, essa aproximação do sindicato com outros movimentos sociais ainda traz desconfianças para os próprios ferroviários. O testemunho de um membro do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil levanta dúvidas sobre a efetividade dessa estratégia:

“A política, no movimento sindical, é um mal necessário. Sem ela você não passa de um mero órgão administrativo. E com ela você anda, mas anda com uma série de restrições. Você não anda à vontade como você anda com o movimento sindical. Você tem interesses de outros grupos, você precisa ter uma certa disponibilidade. Você vai ter que miscigenar esses interesses com o movimento social que você está representando. E pode acontecer que se afastam da base de origem deles e então começam a sair dos interesses daquela base de origem” (Pesquisa de campo, entrevista com um diretor de base, empregado da SuperVia, 07 de novembro de 2006).

Ao entrevistar uma usuária de trens, moradora de uma área onde o sindicato tem atuado junto à população usuária, ela revelou pontos interessantes sobre esse aspecto:

“Tem gente do sindicato que não gosta de acompanhar os problemas, aí não gosta de ver o sindicato junto com o povo. Não sabem discutir política, não tem condição de entrar no movimento social, não tem condição de se adaptar ao movimento social. Tem muitos problemas pra gente resolver junto. Os homossexuais no transporte, como eles são tratados. É os banheiros nas

estações. Faz parte dos movimentos sociais. São as minorias. Tem também as mulheres. Agora tem até mulher maquinista, mas não é só das ferroviárias, mas o problema das mulheres de uma maneira geral. A usuária, o banheiro da usuária. Os homossexuais são só um exemplo. É trabalhar com isso. Trabalhar com esta situação. Porque existem os problemas de preconceito, problemas de banheiro, uma série de coisas” (Pesquisa de campo, entrevista com usuária moradora em Duque de Caxias, 04 de novembro de 2006).

Assim, interesses múltiplos, de diversos grupos, podem convergir para o enfrentamento de questões que se inter-relacionam. Se há risco para o sindicato de se distanciar dos pleitos de sua base, por outro lado, a recusa em conjugar esforços com outros movimentos sociais leva ao isolamento dos sindicatos, à perda de força política e capacidade de mobilização, levando, finalmente, ao não atendimento daqueles mesmos pleitos dos quais o sindicato buscava não se afastar. Como bem aponta Rodrigues (2004), um dos grandes desafios do sindicalismo é falar à sociedade, ao cidadão, e não apenas ao “seu” trabalhador, à “sua” categoria, ou seja, estabelecer alianças que ultrapassem os limites do local de trabalho no sentido de aumentar sua capacidade de organização e mobilização.

Um ferroviário, filiado ao Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, ao ser abordado sobre o que pensava a respeito da política de aproximação com outros movimentos sociais, mostra-se favorável, ressaltando, inclusive, que a entidade realiza mediações entre os interesses dos usuários e a empresa concessionária:

“Eu acho bom. Bom pro ferroviário e pro povo que usa o trem. Porque os pobres têm muitos problemas pra resolver, são trabalhadores como a gente e vivem isso no dia a dia. Aí os grupos acabam se juntando por causa dos problemas. Aquele pessoal tem um problema. Não agüenta mais trabalhar oprimido. Então começa a se juntar. Começa a fazer uma associação. Começa a buscar os seus direitos. E assim as células dos grupos vão se ajuntando. Porque em todos os grupos você tem homossexuais, você tem deficientes. O sindicato trabalha também isso. Tenta a parte legal e a parte política. Primeiro o sindicato tem que fazer “meio de campo” com estas situações. Tentar trabalhar junto com a empresa, não se manter distante, para que essas situações sejam resolvidas pacificamente. Ela é vista mais como via política. É ir na empresa e conversar e dizer que está ocorrendo um problema, entende? Foi assim que se conseguiu os vagões para as mulheres. Tem gente que reclama, porque não tem vagão só pra homem, pra criança? Mas os problemas são assim, vão surgindo, mas é devagar que a gente vai buscando espaço. Com isso a gente ganha também, porque as pessoas ficam sabendo que o sindicato existe, que o ferroviário também tem problemas e que só o sindicato não dá conta de resolver. Precisa acabar com a privatização, se o povo quiser muito e lutar sério por isso pode conseguir. O sindicato conhece muito os canais pra levar a população lá e reclamar dos serviços, da insegurança e levar também as necessidades da população que

usa os trens” (Pesquisa de campo, entrevista com ferroviário da Central Logística, 14 de janeiro de 2007).

Essa ampliação do campo de ação sindical se torna interessante, para além do que se passa da esfera do trabalho e das empresas, pois a ação tradicional do sindicalismo mostra-se insuficiente para enfrentar a multiplicidade das especificidades dos terrenos, das disputas e das lutas que devem ser conduzidas fora do trabalho, as quais são tão numerosas e complexas que nenhuma organização pode pretender assumi-las sozinha. Além disso, os trabalhadores não mantêm a mesma relação com os terrenos de luta e as disputas conduzidas fora do trabalho e aquelas situadas dentro do trabalho, apesar de, indiscutivelmente, serem os que mais suportam o peso da dominação e da alienação imposta pelo modo de produção capitalista.

Cabe esclarecer, contudo, que não estou defendendo que o surgimento desses novos sujeitos coletivos e das novas problemáticas possam colocar em dúvida a centralidade da relação capital-trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas, e que o trabalho de mobilização das bases não seja importante, antes, é fundamental para que o trabalho de aproximação com a outros setores da sociedade possa acontecer.

Defendo que a luta de classes permanece como elemento central nessa relação, não obstante as tentativas, conforme busquei demonstrar, de seu esvaziamento político decorrente das políticas implementadas pelo ideário neoliberal. É porque nos encontramos numa sociedade baseada no trabalho que a classe trabalhadora, embora mais complexa e fragmentada diante das investidas do capital, continua existindo, ainda que se reconheça que há uma “crise do proletariado como sujeito coletivo. (...) Colocando-se a questão em seus devidos termos, a alegada crise do trabalho é, na realidade, a crise dos trabalhadores na condição de sujeito político coletivo” (Sousa, 2003: 10).

Porém, o surgimento e a revitalização de diferentes movimentos, o que pode ser presenciado no mundo e em nosso país, parece indicar que se inicia uma nova fase de lutas sociais, direcionadas à rebelião contra essa ordem de coisas que vimos discutindo. São movimentos que, não obstante suas particularidades, parecem dar-se contra a sociabilidade que o capitalismo, em sua recomposição, procura impor. É nesse sentido que se

torna pertinente a discussão sobre a construção e o fortalecimento de espaços públicos democráticos.

Assim, pode se dizer que as experiências recentes, no Brasil poderiam se constituir em espaços de dimensão propriamente pública na sociedade, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do Estado ou do mercado, na medida em que sejam transformados em espaços de convivência e debate que, potencialmente, requerem e fortalecem o aprendizado e a cultura de direitos, por meio do exercício efetivo da cidadania e do tratamento de interesses coletivos como tais, para além da esfera privada, como quer impor a lógica neoliberal. Dentre tais experiências, o movimento sindical de trabalhadores é um fórum que não pode ser desconsiderado, sobretudo após a abertura de um novo cenário político que, não obstante os dilemas e dificuldades enfrentados e a direção que vem sendo adotada pelo governo Lula<sup>28</sup>, é caracterizado pela alteração na correlação de forças, o que pode trazer benefícios para os movimentos sociais e, em especial, para o sindicalismo. Mas, representa, também, um grande desafio para as organizações democráticas que queiram enfrentar os interesses do capital financeiro, que se traduzem, cotidianamente, nos mercados, na mídia e nos círculos de poder. Nesse confronto, a constituição de espaços públicos é uma estratégia que pode reinventar o debate, descentrando-o da oposição estatal-privado, tão em voga e tão conveniente à operação ideológica liberal, a mesma que, segundo Sader (2004), fez desaparecer do debate a esfera pública, para dar lugar à esfera mercantil.

Após estas considerações, cabe agora examinar como estão se dando essas relações no governo Lula, um ex-sindicalista, eleito e reeleito para a presidência da república.

---

<sup>28</sup> Refiro-me à situação encontrada pelo governo Lula, em 2003, com o Estado subordinado, principalmente, aos interesses da oligarquia financeira e à insistência de setores do governo em manter uma política macroeconômica conservadora, de viés neoliberal.